

Defesa procura erros

■ Advogados de 'cassáveis' traçam a sua estratégia

Os parlamentares que sofrem processo de cassação e seus advogados estão estudando os erros no relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) para se defenderem. "A Subcomissão de Bancos reconheceu que os depósitos em minha conta foram de US\$ 1,4 milhão, mas o relatório final persiste no erro do primeiro relatório parcial dos bancos e fala em US\$ 2 milhões", afirmou ontem o ex-líder do PMDB deputado Gênebaldo Correia (BA), que deve constituir hoje advogado para defendê-lo.

O advogado Walmor Giavarina reuniu-se ontem com seus clientes, os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Manoel Moreira (PMDB-SP), para conversarem sobre a estratégia de defesa. Giavarina informou que vai cotejar o relatório final com os relatórios das subcomissões para detectar erros que possam beneficiar seus clientes. "Toda vez que a denúncia extrapola, tudo o que for falha de acusação, ajuda a defesa", disse. Giavarina reafirmou que vai pedir à Mesa da Câmara o afastamento de todos os integrantes da CPI do Orçamento da Comissão de Constituição e Justiça: "É uma questão ética, os acusadores não podem ser juízes".

O deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), que ontem estava

em Fortaleza, também vai trabalhar com os erros do relatório. Já na sexta-feira, quando as conclusões da CPI eram lidas, ele foi ao Auditório Petrônio Portela mostrar que o parecer do relator dizia que seus créditos bancários foram de US\$ 2,3 milhões, quando na Subcomissão de Bancos era de US\$ 860 mil. "Em muitos pareceres há referências a questões que já haviam sido esclarecidas", comentou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), integrante da CPI do Orçamento.

O advogado Antonio Carlos Osório, que defende o deputado João Alves, pretende lutar para que seu cliente tenha o mais amplo direito de defesa e diante das declarações do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), propondo rito sumário, promete ir ao STF.

O deputado José Geraldo (PMDB-MG) já se considera cassado, mas tem defendido junto aos demais parlamentares a forma pela qual quer ser punido. *Quinzinho*, como é conhecido pejorativamente, não quer ser cassado por corrupção, mas por comportamento incompatível com o decoro.

O deputado João de Deus (PPR-RS) tem uma estratégia de defesa definida: "O deputado foi vítima de um pastor (Ivan Nunes) inescrupuloso que comprou duas rádios com o dinheiro das subvenções sociais e quer jogar a culpa no João", disse seu advogado, Izanias Batista.